

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre – M.G..

Pouso Alegre, 21 de novembro de 2017.

PARECER JURÍDICO

Autoria – Poder Legislativo

Nos termos do artigo 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais da **Emenda nº 01 ao projeto de lei nº 7349/2017**, de **autoria do vereador André Prado** que **ALTERA OS ARTS. 1º, 3º e 4º DO PROJETO DE LEI Nº7349/2017 QUE “ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DOS HOSPITAIS, PRONTOS ATENDIMENTOS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICAS, DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE A FIXAREM DIARIAMENTE, EM LUGAR VISÍVEL, A LISTA DOS MÉDICOS QUE ESTEJAM EM PLANTÃO”**.

A Emenda nº 01 ao PL em análise Art. 1º altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 7349/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 1º Ficam os hospitais públicos e/ou conveniados à rede pública municipal de saúde, os Prontos atendimentos Municipais, Unidades Básicas de Saúde do Município e Policlínicas, onde tenham atendimentos de urgência, emergências e rotina, obrigados a divulgar lista informativa dos médicos atendentes e respectivos horários de atendimento Parágrafo único. (...).

O Art. 2º altera o parágrafo único do art. 3º do Projeto de Lei nº 7349/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 3º (...) Parágrafo único. As informações deverão ser com letras grandes, facilitando a visualização e leitura pelos pacientes. Podendo ser um painel fixo ou folhas impressas’

O Art. 3º altera o art. 4º do Projeto de Lei nº 7349/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 4º As informações de que trata o artigo 1º, também deverão ser atualizadas e publicadas no site do Município e da Secretaria Municipal de Saúde, além das páginas oficiais das redes sociais e/ou ferramentas disponíveis na rede Mundial de Computadores’

O Art. 4º determina que esta Emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Diante do vício de iniciativa ressaltado no parecer constante do PL 7349/2017, pede-se vênia para repetir as mesmas razões dispostas em parecer anterior, in verbis:

De início, cumpre salientar que o projeto de lei em análise, possui redação similar ao projeto de lei nº 7080/2014 de autoria do vereador Adriano da Farmácia, o qual recebeu parecer contrário da assessoria jurídica; à época (parecer nº 359/2014).

No mesmo giro, d.m.v., o PL. ora em análise, também apresenta **VÍCIO DE INICIATIVA FORMAL**, na medida em que o **artigo 45, V da LOM** dispõe que **“são de iniciativa do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre:**

“V – a criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal”.

No mesmo norte, dispõe **o artigo 69, XIII da LOM**, que **compete ao Prefeito:**

“XIII – dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo.”

Tais atribuições e obrigações impostas à administração municipal e particulares, destoam da iniciativa legislativa de competência do Poder Legislativo Municipal, havendo, com a devida vênia, ingerência nas atribuições administrativas conferidas ao Poder Executivo.

Neste sentido é o entendimento do professor **Hely Lopes Meirelles:**

“Eis aí a distinção marcante entre missão 'normativa' da Câmara e a função 'executiva' do Prefeito; o Legislativo

delibera e atua com caráter regulatório, genérico e abstrato; o Executivo consubstancia os mandamentos da norma legislativa em atos específicos e concretos de administração.

(...) A interferência de um Poder no outro é ilegítima, por atentatória da separação institucional de suas funções (CF, art. 2º).

Por idêntica razão constitucional, a Câmara não pode delegar funções ao prefeito, nem receber delegações do Executivo. Suas atribuições são incomunicáveis, estanques, intransferíveis (CF, art. 2º). Assim como não cabe à Edilidade praticar atos do Executivo, não cabe a este substituí-la nas atividades que lhe são próprias.

(...) Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem provisões administrativas especiais, manifestadas em ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental.” (em "Direito Municipal Brasileiro", Malheiros, 1993, págs. 438/439).

No mesmo sentido a jurisprudência pátria:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL QUE TRATA DE MATÉRIA DE NATUREZA ESSENCIALMENTE ADMINISTRATIVA - PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO - INCONSTITUCIONALIDADE - VÍCIO DE INICIATIVA.- Padece de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, Lei Municipal que decorre de projeto de lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal e que versa sobre questão de natureza essencialmente administrativa, matéria cuja competência é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.” AÇÃO DIRETA INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1.0000.15.001637-6/000 - COMARCA DE BETIM - REQUERENTE(S): PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BETIM - REQUERIDO(A)(S): PRESIDENTE

DA CÂMARA MUNICIPAL DE BETIM – A C Ó R D Ã O.
Vistos etc., acorda, em Turma, o ÓRGÃO ESPECIAL do
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade
da ata dos julgamentos, em JULGAR PROCEDENTE A
REPRESENTAÇÃO. DES. EVANDRO LOPES DA COSTA
TEIXEIRARELATOR. 0016376-05.2015.8.13.0000

**“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE -
PEDIDO LIMINAR - LEI DISTRITAL N. 3.418/2004 -
PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO
DISTRITO FEDERAL - VÍCIO DE INICIATIVA -
VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 52, 71, § 1.º, INCISOS I, II E IV
E 100, VI, DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL -
LIMINAR CONDEDIDA - MAIORIA.”**(Processo : 2004 00 2
006908-4; Reg. Acórdão : 228890; Relator Des.: LECIR
MANOEL DA LUZ; Requerente(s) : PROCURADOR-GERAL
DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS;
Requerido(s) : PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA
DO DF; Origem : LEI DISTRITAL Nº 3.418 DE 04 DE
AGOSTO DE 2004).

O artigo 2º da Constituição da República de 1988, dispõe que “*são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*”. Assim, em respeito ao “*princípio da separação dos poderes*”, cada poder é independente e encontram limites de atuação no controle recíproco exercido um sobre o outro. Todavia, para preservar a harmonia e impedir possíveis descompassos institucionais, o controle não é absoluto, encontrando balizas normativas de atuação que impõe respeito às atividades discricionárias de cada poder, mormente do Poder Executivo. (Por exemplo, o Legislativo, através de resoluções, etc.)

Por fim, registre-se que o estabelecimento de **tais normativas administrativas, poderá ser feito por meio de indicação, nos termos do artigo 257 do Regimento Interno** da Câmara Municipal de Pouso Alegre, meio adequado para o vereador sugerir ao Poder Executivo, órgãos ou autoridades do município, medidas de interesse público.

Por tais razões, em que pese o mérito do r. projeto, *d.m.v.*, exara-se **parecer contrário** ao regular processo de tramitação da **Emenda nº 01 ao projeto de lei nº 7349/2017**, para ser submetido a análise das ‘*Comissões Temáticas*’ da Casa, e, posteriormente, a deliberação Plenária, salientando-se que, o presente parecer é meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..

Geraldo Cunha Neto
Assessor Jurídico
OAB/MG nº 102.023